

## RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 287. UM JORNALISTA BRASILEIRO EM LONDRES

De Hipólito da Costa, o “Pai da Imprensa brasileira” e, conseqüentemente o patrono dos jornalistas brasileiros, pôde-se dizer que praticamente já se escreveu o que havia para ser escrito. E de tudo quanto se publicou sobre o grande jornalista do “Correio Braziliense”, avulta, pela sua magnitude, o excelente ensaio de Carlos Rizzini, estudo não só do homem, mas, particularmente, de sua obra. Pouca cousa haverá melhor na bibliografia brasileira para retratar o ambiente cultural da época da Independência. Seu livro foi publicado pela Companhia Editora Nacional, integrando a série “grande formato” da preciosa coleção “Brasíliana”, em 1957.

Verdadeiro complemento ao que já se escreveu sobre Hipólito é a **Antologia do ‘Correio Braziliense’**, organizada por Barbosa Lima Sobrinho, belo volume de mais de 600 páginas, lançado pela Editora Cátedra, do Rio de Janeiro, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura (1979).

Observa com toda a propriedade o ensaísta pernambucano que a ação do periódico de Hipólito é um esforço de pioneirismo em prol da independência do Brasil. A começar pelo título. O gentílico usual seria (como ainda é) “brasileiro”, que vinha da fase das primeiras explorações do território, para indicar os que se dedicavam ao comércio do “pau brasil” ou simplesmente “brasil”, e acabou ficando para abranger todos os que vinham “fazer o Brasil”, misturando portugueses imigrados e brasileiros natos. Mais

tarde surgiria o “brasiliano” (mais correto), mas Hipólito preferiu o “braziliense” (com “z” em lugar do “s”), que adotou para distinguir os já nascidos no Brasil. Não há como deixar de ver, nessa distinção, uma afirmação de autonomia, separando duas regiões que eram ainda apresentadas como se fossem uma só.

Para Barbosa Lima Sobrinho o que mais surpreende no jornal de Hipólito é a extrema variedade de temas que o compõem e a extensão da cultura que nele revela seu redator. Hipólito da Costa “conhece e discute tudo” e mesmo em paralelo com os periódicos que vão surgir no Brasil, “é o melhor informado de todos eles, o que melhor conhece e discute os problemas brasileiros”.

A **Antologia** elaborada por Barbosa Lima, revela toda a variedade de interesses dos temas tratados pelo jornalista em seu periódico de Londres, oferecendo-nos riquíssimo material, valioso, inclusive, para trabalhos de seminário nas universidades (particularmente nas escolas de jornalismo e de comunicações), com textos criteriosamente escolhidos, abrangendo a mais extensa gama de problemas de valia para o conhecimento daqueles tempos que assinalaram os primórdios de nossa vida independente.

Hipólito da Costa é patrono de uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, a de nº 17, cujo primeiro titular foi Sílvio Romero e foi sucessivamente ocupada por Osório Duque Estrada, Roquette Pinto, Álvaro Lins e, atualmente, Antônio Houaiss. É patrono da Academia Paulista de Jornalismo e o seu nome foi dado ao Museu da Imprensa, do Rio Grande do Sul. Algumas cidades, inclusive Campinas, recordam-no em placas de ruas.

Quanto a Barbosa Lima Sobrinho, veneranda figura quase centenária e ainda “na ativa”, na intransigente defesa dos ideais democráticos, as letras históricas devem-lhe o melhor estudo sobre a revolução de 1930, bem como uma obra mestra sobre Alberto Torres, tendo feito também com Silva Jardim o que antes fizera com Hipólito da Costa, isto é, uma preciosa antologia de escritos do grande republicano. 24-9-1994

\*

## 288. RECENTE EDIÇÃO DA CARTA DE CAMINHA

Tive oportunidade, há poucos dias, de receber o terceiro número de revista que ainda não conhecia - “Voz Lusíada” -, publicação da Academia

Lusiada de Ciências, Letras e Artes, entidade, se não estou enganado, de fundação recente. E já com uma bela publicação, bem nos moldes da natureza acadêmica pela sua variedade, das melhores que tenho visto no gênero. Duas matérias despertaram-me interesse especial, sem prejuízo dos demais, obviamente: o artigo de Carlos Guilherme Mota, meu antigo companheiro de trabalho na Universidade de São Paulo, sobre o historiador português Joaquim Barradas de Carvalho (1920-1980), que por vários anos ilustrou o Departamento de História da grande universidade do Butantã, e de quem guardo excelente e inesquecível recordação. O artigo de Mota registra não apenas a passagem de Barradas por São Paulo, mas também sua vivência em Paris, com o grupo dos "Annales", notadamente com Braudel, de quem foi discípulo e amigo.

Segunda matéria: a transcrição integral da carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil, baseada na edição de Jaime Cortesão (inegavelmente a melhor delas), de 1943, o que vem pôr ao nosso alcance, mais uma vez, o precioso documento que, embora publicado dezenas de vezes, nem sempre é encontrado com facilidade. Isto sugere algumas considerações sobre o mesmo.

Embora certamente a primeira notícia escrita sobre o Brasil (no próprio ato do descobrimento, datada de 1º de maio de 1500), está muito longe de ter sido a primeira a ser publicada. Com efeito, o precioso texto permaneceu inédito por mais de trezentos anos, só vindo a público pela primeira vez em 1817, graças ao padre Manuel Aires do Casal, que o inseriu em nota de rodapé, às páginas 12 a 34, de sua importante **Corografia Brasílica**, editada naquele ano.

Convém recordar o episódio: achava-se Aires do Casal pesquisando para o seu livro, tendo já escrito a parte relativa ao descobrimento do Brasil, quando teve conhecimento da existência, no Arquivo da Real Marinha, do Rio de Janeiro, de uma cópia da carta de Caminha, que lhe trouxe novidades sobre o acontecimento, levando-o a alterar o que já havia escrito, e julgando-se no dever de tornar público o importante texto. E foi o que fez, no próprio livro de cuja impressão cuidava. Daí o caráter apressado da publicação, o que explica os numerosos erros de cópia com que o texto saiu. Curioso! Parece que o destino estava à espera de um brasileiro para divulgar a notícia do descobrimento de nossa terra...

Embora com todos os defeitos de impressão, a edição de Aires do Casal tornou-se referência para todas as edições que se fizeram (que, aliás, não foram muitas) até 1922 do famoso documento. Sim, porque por ocasião do centenário de nossa Independência apareceu a primeira edição correta e

posta em linguagem atual da carta de Caminha, tarefa esta realizada pela eminente filóloga Carolina de Michaelis e Vasconcelos. Seu importante trabalho figura no volume segundo da monumental **História da colonização portuguesa do Brasil**, grandiosa realização com que os portugueses comemoraram o centenário da independência de nosso país.

Desde então, o texto de Carolina de Michaelis tornou-se referência para todas as edições que vieram a ser publicadas. E são muitas. Leonardo Arroyo, em sua preciosa edição (Melhoramentos, 1978) arrola 109 edições integrais ou quase integrais do texto de Caminha. E outras apareceram depois de seu livro. Das várias edições, merecem destaque, pela abundância e riqueza dos documentos e pelo estudo diplomático do texto, as de Jaime Cortesão, de 1943; a de José Augusto Vaz Valente, de 1975; a de Leonardo Arroyo, de 1978; a de Rubem Braga, de 1981; e a de Silvio Castro, de 1985.

Algumas das mencionadas reproduzem fac-similarmente os originais do precioso documento, o que enriquece sobremaneira tais edições; a primeira a fazê-lo foi a de Jaime Cortesão, cujo texto, conforme foi dito, serviu de base para a recente transcrição da revista "Voz Lusíada". Assim, esta realização da prestigiosa Academia Lusíada insere-se, pois, como a mais nova edição do admirável texto que Capistrano de Abreu considerava a "certidão de batismo do Brasil". Talvez melhor "certidão de nascimento", pois batismo já implica nome e no texto de Caminha não há ainda nenhuma referência ao nome que nosso país viria receber. Cumprimentos à Academia Lusíada pela bela revista e pelo serviço prestado às nossas letras históricas. 8-10-1994.

\*

## 289. ARAÚJO FILHO, O GEÓGRAFO

Há pouco mais de um mês, faleceu em São Paulo, após prolongada enfermidade, o professor José Ribeiro de Araújo Filho, um dos grandes vultos da ciência geográfica no Brasil. Só tive conhecimento da infausta ocorrência pelo convite para a missa de sétimo dia, celebrada não em alguma igreja, como de hábito, mas no auditório do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, o que se revestiu de profunda significação, pois a esse Departamento o grande e saudoso professor ligou toda a sua vida profissional e cultural.

É-me grato (ao mesmo tempo que doloroso) recordá-lo, pois não só fomos grandes amigos de convivência constante em certa época de minha vida, como tive o privilégio de acompanhar de perto toda a sua brilhante carreira. Conhecemo-nos há 55 anos, precisamente quando ele compareceu pela primeira vez à secretaria da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo a fim de se inscrever ao vestibular para o curso de Geografia e onde eu, aluno já do terceiro ano do mesmo curso, coincidentemente também me encontrava.

Alguma coisa levou-o a me perguntar ou me pedir alguma informação. E isso propiciou-nos uma conversa demorada, na qual muito já fiquei sabendo do futuro colega. Sua família se mudara de Ribeirão Preto para o litoral, o que vai explicar a razão de ser de seu primeiro trabalho na carreira universitária, precisamente sobre a região de Itanhaem. Já possuía alguma experiência de magistério, pois lecionara num ginásio de Santos e durante todo o seu tempo de faculdade alternou sempre as aulas que recebia com as que ministrava no antigo Colégio Paulistano, se a memória não me falha.

Concluído o curso, no qual demonstrara plena dedicação à matéria escolhida, Aroldo de Azevedo, então professor da cadeira de Geografia do Brasil, escolheu-o para seu assistente. E aí começou sua brilhante carreira - doutorado, livre-docência, cátedra - terminado por ocupar a cadeira que fora de seu antigo mestre. Para cada um desses "graus", contribuiu com excelentes monografias que honram sobremaneira a bibliografia geográfica brasileira.

A dedicação que sempre demonstrou ao Departamento de Geografia era algo de extraordinário. Dondeter achado altamente significativo que desse departamento, seus professores e funcionários, tivesse partido a iniciativa da honra fúnebre pelo seu falecimento. Formou numerosos discípulos, fazendo de cada um deles verdadeiros e dedicados amigos. E como se não bastasse, sua residência era como que um prolongamento do Departamento de Geografia, contando sempre com o carinho de sua esposa e colaboradora, pois que também geógrafa, formada pouco depois dele. Não houve geógrafo, brasileiro ou estrangeiro, de passagem por São Paulo, que não visitasse o casal Araújo e muitos deles hospedando-se mesmo em sua casa. Aliás, Ely, sua esposa, deu-se ao capricho de confeccionar belíssima toalha de mesa, bordada com autógrafos dos geógrafos que os visitavam. Até o autor desta nota está lá...

Ainda estudantes, começamos a freqüentar as sessões da Associação dos Geógrafos Brasileiros e isso nos aproximou mais ainda. Nas saudosas reuniões anuais que essa entidade promovia "em algum lugar do

Brasil”, fomos companheiros freqüentes e juntos viajamos por quase todo o país. Da mesma forma, ligamos nossos nomes a outra prestigiosa entidade cultural, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no qual, coincidentemente, ingressamos juntos, em sessão de 5 de setembro de 1945, portanto há meio século. E conosco, naquela mesma noite, o historiador de Tietê, Benedito Pires de Almeida, felizmente ainda na ativa, honrando seus noventa janeiros.

Tudo isso veio-me à lembrança ao ter notícia de seu falecimento. Não é apenas o geógrafo que desaparece. É o grande, talvez o maior amigo dos nosso geógrafos. E uma das criaturas mais admiráveis, de mais elevado caráter, de quantas hei conhecido em toda a minha já bem longa existência. Que Deus o tenha em sua glória! 19-11-1994

\*

## 290. WASHINGTON LUÍS, HISTORIADOR

À vista da recente publicação do livro em que Célio Debes analisa exaustivamente a vida e a obra política de Washington Luís, o último presidente da chamada “Primeira República” ou “República Velha”, e que vem de ser editado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como uma das comemorações do seu centenário, ocorrido no ano passado, julgamos oportuno lembrar um outro aspecto da obra do grande “Paulista de Macaé”, qual seja a sua contribuição para a historiografia de São Paulo.

Não haverá nenhum exagero se afirmarmos que boa parte do que se escreveu na primeira metade deste século sobre a história paulista, não teria sido possível sem as fontes que Washington Luís pôs à disposição de seus autores. Quando prefeito da Capital e, mais tarde, quando presidente do Estado, o eminente homem público, dando expansão ao seu pendor pela História, promoveu a publicação de valiosos documentos sobre os primeiros tempos do passado de nossa terra: as atas das câmaras de São Paulo e de Santo André, os inventários e testamentos, os registros gerais, a coleção “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo”, entre outros. Algumas dessas publicações tiveram prosseguimento e receberam notável incremento ao tempo da criação do Departamento Municipal de Cultura, quando prefeito Fábio Prado. Desde então, ficaram interrompidas ou com ritmo muito diminuído, com incalculável prejuízo para as pesquisas históricas.

O trabalho empreendido por Washington Luís propiciou o aparecimento de obras capitais da historiografia paulista, como as de Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Benedito Barros Barreto (Belmonte), Ernani Silva Bruno. Todos esses autores, nos prefácios de seus livros, testemunharam a dívida ao grande estadista e o reconhecimento ao que ficaram lhe devendo como estímulo e apoio documental às pesquisas realizadas.

Todavia, cumpre ressaltar, também, a contribuição direta de Washington Luís, através de seus próprios trabalhos de investigação: o estudo sobre Raposo Tavares, o ensaio sobre a Capitania de São Paulo no tempo de Rodrigo César de Menezes e, por fim, já nos seus últimos anos de vida, a excelente monografia intitulada **Capitania de São Vicente**.

À certa altura desse seu último livro, numa chamada de rodapé, o autor lembra a afirmação de Maricourt e Bertrand fosse, segundo a qual “a história é um processo em perpétua revisão”. Esta frase, tantas vezes citada, mas, na realidade nem sempre considerada em seu verdadeiro sentido, o autor não a deveria esconder numa simples nota de pé-de-página. Deveria tomá-la como moto de seu livro, pois grande parte dele traduz o sentido de revisão que o processo da História deve trazer sempre consigo. Ainda mais que certas afirmações, que podem parecer à primeira vista, sem fundamento, na realidade não o são, mesmo porque isto não condiria com as suas qualidades de probidade e honestidade. Nada do que escreve é gratuito, mas fundamentado em fatos que fazem pensar... Especialmente quando se considera que Washington Luís aproveitou muitos dos seus anos de exílio para pesquisas em arquivos europeus.

Seu livro sobre o governo de Rodrigo César de Menezes data de 1904; mereceu reedição em 1918 e em 1938, esta última na coleção “Brasiliana”, datando pois já quase 60 anos. Quanto à **Capitania de São Vicente**, data de 1956, mas foi, na década de 80, reeditada pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção “Reconquista do Brasil”. Talvez seja o único título ainda disponível... Se a coleção “Paulística” não tivesse desaparecido, que duas boas contribuições para ela! 21-1-1995.